

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/06/2024 | Edição: 121 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Presidência da República/Advocacia-Geral da União

## PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 143, DE 25 DE JUNHO DE 2024

Dispõe sobre as requisições e cessões de agentes públicos para a Advocacia-Geral da União.

O ADOVADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, caput, I, XIII e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 47 da Lei Complementar nº 73, de 1993, e no Decreto nº 10.835, de 14 de outubro de 2021, e o que consta do Processo Administrativo nº 00400.002653/2022-34, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa dispõe sobre as requisições e cessões de agentes públicos no âmbito da Advocacia- Geral da União.

§ 1º O disposto nesta Portaria Normativa aplica-se aos seguintes órgãos da estrutura organizacional previstos no Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, ora denominados de órgãos de direção, para os fins desta Portaria Normativa:

- I - Gabinete do Advogado-Geral da União;
- II - Secretaria-Geral de Consultoria;
- III - Consultoria-Geral da União;
- IV - Corregedoria-Geral da Advocacia da União;
- V - Procuradoria-Geral da União;
- VI - Procuradoria-Geral Federal; e
- V - Escola Superior da Advocacia-Geral da União.

§ 2º Os limites para requisições e cessões previstos nos Anexos I e II para o Gabinete do Advogado-Geral da União aplicam-se às requisições e cessões efetuadas para os demais órgãos de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da União previstos no art. 2º, inciso I, do Anexo I, do Decreto nº 11.328, de 2023.

Art. 2º Para efeitos desta Portaria Normativa, considera-se:

I - requisição: ato irrecusável, em que o agente público requisitado passa a ter exercício no órgão ou na entidade requisitante sem alteração da lotação no órgão ou na entidade de origem;

II - cessão: ato pelo qual o agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com o órgão ou a entidade de origem, passa a ter exercício em outro órgão ou outra entidade, sem alteração da lotação no órgão ou na entidade de origem;

III - perfil profissional: conjunto de competências profissionais, formações, experiências, estilos de comportamento e outras características pessoais requeridas por uma função;

IV - âmbito de designação de atuação: dimensões territoriais de desenvolvimento das atribuições profissionais, que podem ser locais, quando vinculadas a uma única unidade, estaduais, regionais ou nacionais; e

V - avaliação de desempenho: avaliação do agente público requisitado, que será realizada no Programa de Gestão e Desempenho.

Art. 3º A distribuição dos agentes públicos cedidos e requisitados entre os órgãos de direção da estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União levará em consideração:



I - o resultado do último levantamento da necessidade de vagas para fins de concurso público do quadro técnico da Advocacia-Geral da União, conforme Anexo I desta Portaria Normativa, até que seja aplicada metodologia de dimensionamento da força de trabalho;

II - o cotejo do perfil profissional do agente público cedido ou requisitado com as atribuições a serem desenvolvidas no órgão da Advocacia-Geral da União de exercício e dentro do âmbito de designação de atuação; e

III - a distribuição do limite orçamentário entre os órgãos de Direção, para as cessões e requisições que impliquem em reembolso, conforme definido no Anexo II, que poderá ser atualizada em caso de necessidade justificada.

Art. 4º A permanência do agente público requisitado nos quadros da Advocacia-Geral da União está vinculada à avaliação anual de desempenho.

Parágrafo único. As unidades realizarão revisão periódica da força de trabalho avaliando os resultados obtidos e a pertinência da manutenção de cada agente público requisitado ou cedido.

Art. 5º O valor unitário da remuneração mensal do agente público requisitado ou cedido com ônus para as unidades da estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União obedecerá aos seguintes limites, conforme o nível do cargo:

I - superior: R\$ 22.108,28 (vinte e dois mil, cento e oito reais e vinte e oito centavos);

II - intermediário: R\$ 9.870,76 (nove mil, oitocentos e setenta reais e setenta e seis centavos); e

III- auxiliar: R\$ 6.006,04 (seis mil, seis reais e quatro centavos).

§ 1º Os valores de referência para cessão ou requisição de agente público poderão ser acrescidos em até vinte e cinco por cento quando se tratar de atribuição para ocupar Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE).

§ 2º Os valores acima indicados serão atualizados, sempre que necessário, por ato da Secretária-Geral de Administração.



Art. 6º As unidades da Advocacia-Geral da União, para a observância dos limites orçamentários previstos no art. 3º, inciso III, deverão adotar as seguintes medidas:

I - consultar a Secretaria-Geral de Administração acerca do saldo disponível do limite orçamentário previsto no art. 3º, inciso III, antes de iniciar qualquer pedido de requisição e de cessão, bem como comunicar qualquer situação que altere a despesa de reembolso; e

II - encerrar tantas requisições e cessões quanto forem necessárias caso a despesa supere o limite orçamentário previsto no art. 3º, inciso III.

Parágrafo único. Não serão processados os pedidos de requisição e de cessão caso não haja saldo disponível para o órgão de direção.

Art. 7º Os pedidos de remanejamento dos limites orçamentários constantes do art. 3º, inciso III, e de superação dos limites constantes do art. 5º, incisos I, II e III e do seu § 1º, somente serão efetivados com autorização expressa da Secretaria-Geral de Consultoria, após análise da Secretaria-Geral da Administração.

Art. 8º As unidades devem avaliar cada pedido de requisição e de cessão observando, no mínimo, os seguintes critérios em relação a cada agente público:

I - a complexidade das atividades que serão realizadas;

II - o nível técnico exigido;

III - as atribuições e competências que serão assumidas; e

IV - a relevância do acréscimo da força de trabalho para o atingimento das metas institucionais.

Parágrafo único. Os critérios elencados neste artigo não dispensam o atendimento dos demais requisitos necessários para requisição e cessão previstos na legislação.

Art. 9º Ficam mantidas as requisições de agentes públicos que atualmente ocupam Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE) na Advocacia-Geral da União e cujas remunerações superem os limites definidos no artigo 5º.

Parágrafo único. Havendo dispensa do Cargo Comissionado Executivo (CCE) ou da Função Comissionada Executiva (FCE), será necessária a reanálise dos requisitos exigidos para manutenção da requisição, nos termos desta Portaria Normativa.

Art. 10. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS**

#### ANEXO I

#### LEVANTAMENTO DA NECESSIDADE DE VAGAS PARA FINS DE CONCURSO PÚBLICO DO QUADRO TÉCNICO DA AGU

QUADRO DE VAGAS - AGU		
Órgão de Direção	Solicitado	Percentual
Gabinete do Advogado-Geral da União	63	1,321%
Secretaria-Geral de Consultoria	380	7,968%
Secretaria-Geral de Contencioso	11	0,231%
Consultoria-Geral da União	511	10,715%
Corregedoria-Geral da Advocacia da União	16	0,336%
Procuradoria-Geral da União	647	13,567%
Procuradoria-Geral Federal	3.079	64,563%
Escola Superior da Advocacia-Geral da União	62	1,300%
Total	4.769	-

#### ANEXO II

#### DISTRIBUIÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO PARA CESSÕES E REQUISIÇÕES QUE IMPLIQUEM REEMBOLSO

Órgão de Direção	Proporção*
Procuradoria-Geral Federal	50,00%
Procuradoria-Geral da União	24,00%
Consultoria-Geral da União	3,80%
Escola Superior da Advocacia-Geral da União	1,80%
Corregedoria-Geral da Advocacia da União	0,80%
Gabinete do Advogado-Geral da União	2,01%
Secretaria-Geral de Contencioso	0,50%
Secretaria-Geral de Consultoria	17,09%

Referência: Portaria Conjunta MGI/MPO Nº 61/2023 ou norma posterior que a atualizar.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

